

Inpes prevê recessão e desemprego no País

BRASÍLIA — A redução das margens de lucro do setor financeiro, resultante da queda brusca da inflação provocada pelo Plano Cruzado Novo, deverá produzir desemprego em setores localizados; e a necessidade de adoção de políticas restritivas da demanda conduzirá a uma provável recessão da atividade econômica, conforme avaliação do Inpes (Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais), órgão do Ministério do Planejamento, sobre as consequências do programa de estabilização.

O texto intitulado "Plano Verão: Perspectivas" ressalva que "a adoção de uma formulação inicial consistente não é garantia de sucesso, já que subsistem dificuldades de execução não desprezíveis".

Entre as dificuldades detectadas pelo Inpes, estão: a pressão dos aumentos de preços e tarifas públicas e a desvalorização cambial sobre os custos de produção; o impacto da interrupção abrupta do processo inflacionário sobre o lucro do setor financeiro e suas consequências sobre o nível de emprego; a expansão do consumo interno, resultante da queda da carga tributária, ilusão monetária, ausência de credibilidade do plano e mudança nos preços relativos; probabilidade de recessão, em função da necessidade de contenção da demanda.

As pressões de custo surgidas com a elevação generalizada de preços e tarifas, "embora contribuam para o equilíbrio das finanças públicas e/ou

para o balizamento de expectativas, introduzem dificuldades para o sucesso do congelamento", segundo a análise do Inpes. Portanto, a "implementação do congelamento requer uma combinação de flexibilidade e firmeza".

De acordo com a análise, o período de desaquecimento das atividades econômicas vai depender do sucesso dos mecanismos de coordenação, bem como da intensidade das políticas de controle da demanda agregada. O Governo, na avaliação feita, deve optar por uma política fiscal austera que garanta a redução do déficit público, que neutralize a pressão exercida pelo saldo comercial elevado.

Apesar de apoiar a prática de juros reais positivos, para evitar formação de estoques especulativos, a fuga de capitais e a erosão das reservas cambiais, o nível das taxas deve ser declinante, porque as elevações são interpretadas como sinal de reaparecimento de pressões inflacionárias, segundo o Inpes.

Para traçar o comportamento da economia em 1989, o Instituto projetou um cenário hipotético, baseado no sucesso do Plano Cruzado Novo, que traria a taxa de inflação mensal à casa de um dígito; uma queda de 15% reais nos dispêndios totais do Governo; expansão de 40% reais na base monetária (bem inferiores aos 120% do Plano Cruzado); aumento de 4% na taxa de juros incidente sobre

a dívida interna, em relação a 1988; e congelamento cambial por dois meses, com leve valorização do cruzeiro.

O resultado da conjugação destes fatores seria um crescimento do PIB de 1%; apesar da queda do produto industrial, compensada pelo incremento do produto agrícola entre 2% e 3%. O saldo comercial cairia para US\$ 15,5 bilhões e o déficit em transações correntes ficaria superior a US\$ 1 bilhão. Haveria, portanto, necessidade de novos empréstimos externos, para evitar a redução das reservas. O déficit público poderia reduzir-se em dois pontos percentuais em 1989, com relação a 1988, como consequência do aumento da carga tributária líquida.

● **DESAFIOS** — Em fevereiro e março, o Governo vai enfrentar dois sérios desafios. O primeiro deles será o de reduzir as taxas de juros, que estão aumentando a necessidade de financiamento do setor público. O segundo é voltar ao sistema de mididesvalorizações da moeda para evitar que o câmbio fique sobrevalorizado em relação à inflação, afetando a balança comercial. A avaliação é do economista Sérgio Besserman Vianna, Professor da PUC-RJ e Gerente do Departamento de Planejamento do BNDES. Ele lembra que, nos primeiros dias do ano, o câmbio já havia sido desvalorizado em 12% para acompanhar a inflação. Com o lançamento do Plano Cruzado Novo, foi feita uma mididesvalorização de 17%. Com isso, o câmbio já sofreu um ajuste de 31% em relação ao dólar este ano. Como esta taxa, no entanto, está abaixo da expectativa para a inflação de janeiro, é provável que o Governo volte a promover desvalorizações entre 8% e 10%.